CIDADE NEOLIBERAL E GESTÃO DA POBREZA URBANA

NEOLIBERAL CITY AND URBAN POVERTY MANAGEMENT

VILLE NÉOLIBÉRALE ET GESTION DE LA PAUVRETÉ URBAINE

Silvana Cristina da Silva[1]
Universidade Federal Fluminense – UFF
silvanasilva@id.uff.br

Márcio Cataia[2]
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
cataia@unicamp.br

"Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território" (Santos, 1996, p. 256).

Destaques

- O antidemocratismo se refere às práticas autoritárias que refutam os princípios da democracia, exacerbando o ódio à política, e ele tem uma longa história na América Latina;
- Outra face da ação das igrejas no território, que tem vasos comunicantes com o neoliberalismo e a pobreza urbana, é o crescimento de Comunidades Terapêuticas (CTs) administradas por igrejas;
- Decerto, não é possível a existência de cidades que privilegiem a justiça social, sem uma psicoesfera que dê sentido, que signifique a justiça como um fato social;

[1] Professora Associada do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – UFF (Campos dos Goytacazes). Bolsista Jovem Cientista FAPERJ, a quem agradeço o financiamento à esta pesquisa conjunta.
[2] Professor Livre Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a quem agradeço o financiamento à esta pesquisa conjunta.

RESUMO

A compreensão das tramas entre teologia da prosperidade, neoliberalismo, espaço geográfico e manutenção da pobreza, objetivo deste artigo, coloca-se como fundamental neste momento político o qual o Brasil atravessa, especialmente em um contexto global de forte presença de movimentos políticos de extrema direita. Para isso, a reflexão proposta neste artigo é guiada pela teoria que se refere ao espaço das cidades, cujo entendimento se dá por meio das conexões existentes entre tecnoesfera e psicoesfera, conceitos redutíveis, que incorporam as dimensões materiais e sociais da vida de relações. As definições mobilizadas para tal empreitada são usadas consoante uma economia política da urbanização em uma cidade específica, ou seja, alia-se a economia política da urbanização à economia política da cidade. A empiria é relativa à expansão das igrejas pentecostais, principalmente as de terceira onda, marcadas pela adoção da teologia da prosperidade, e suas ações na administração de políticas públicas, que conferem a elas um papel relevante na concepção e na gestão da pobreza sob condições neoliberais.

Palavras-chave: Cidade. Neoliberalismo. Pobreza. Teologia da prosperidade. Psicoesfera.

ABSTRACT

Understanding the links between prosperity theology, neoliberalism, geographical space and the maintenance of poverty, which is the aim of this article, is crucial at this political moment in time in Brazil, especially in a global context with a strong presence of extreme right-wing political movements. To this end, the reflection proposed in this article is guided by the theory that refers to the space of cities, which is understood through the existing connections between the technosphere and the psychosphere, reducible concepts that incorporate the material and social dimensions of the life of relationships. The definitions mobilized for this task are used according to the political economy of urbanization in a specific city, in other words, the political economy of urbanization is combined with the political economy of the city. The empirical evidence relates to the expansion of Pentecostal churches, especially those of the third wave, marked by the adoption of prosperity theology, and their actions in the administration of public policies, which give them an important role in the conception and management of poverty under neoliberal conditions.

Keywords: City. Neoliberalism. Poverty. Prosperity theology. Psychoesphere.

RÉSUMÉ

La compréhension des liens entre théologie de la prospérité, néolibéralisme, espace géographique et maintien de la pauvreté, objectif de cet article, se révèle fondamentalement dans le contexte politique actuel que traverse le Brésil, notamment dans un contexte global marqué par une forte présence de mouvements politiques d'extrême droite. Pour ce faire, la réflexion proposée dans cet article est guidée par la théorie relative à l'espace des villes, dont la compréhension passe par les connexions existantes entre la technosphère et la psychosphère, concepts réductibles qui intègrent les

dimensions matérielles et sociales de la vie relationnelle. Les définitions mobilisées pour ce travail sont utilisées conformément à une économie politique de l'urbanisation dans une ville spécifique, c'est-à-dire qu'elles allient l'économie politique de l'urbanisation à l'économie politique de la ville. L'empirie concerne l'expansion des églises pentecôtistes, principalement celles de la troisième vague, marquées par l'adoption de la théologie de la prospérité, et leurs actions dans l'administration des politiques publiques, leur conférant un rôle important dans la conception et la gestion de la pauvreté sous des conditions néolibérales.

Mots-clés: Ville. Néolibéralisme. Pauvreté. Théologie de la prospérité. Psychoesphère.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca aproximar, como outras bibliografias já o fizeram, a cidade e o neoliberalismo, entendido como a razão capitalista do período atual. Nossa abordagem evidencia um ângulo das interações sociais que, estando em atrito, aprofundam a crise societária (Ribeiro, 2006) ao impulsionar processos e formas que são produtores da cidade corporativa (Santos, 1990). Nosso compromisso analítico destaca um aspecto da psicoesfera dominante desse período, referido ao eterno retorno, ou ressurgimento[3], da utopia perversa, a qual se refere ao ódio contra toda e qualquer política pública que busque amenizar os sofrimentos humanos. Atualizada, ela afirma a soberania do indivíduo para consumir, empreender e ser criativo. Essa promessa utópica perversa aporta sob o signo de movimentos antidemocráticos, porém contraditoriamente gestada por dentro dos regimes democráticos, ao incorporar princípios do mercado na gestão (neoliberal) da cidade. A perversidade reside no fato de que essa utopia não se coloca como preocupação a emancipação dos povos, mas sua sujeição à repressão.

Essa utopia perversa é um aspecto da psicoesfera, definida como um postulado de crenças, de desejos, de vontades e hábitos que inspiram comportamentos, condutas filosóficas e ações práticas, tanto nas relações interpessoais quanto na comunhão dos grupos com o Universo (Santos, 1992). Essa esfera social tem sua materialidade correspondente, redutível, na crescente artificialização do meio geográfico, na tecnoesfera, cada vez mais impregnada de técnica, ciência e informação.

[3] Os termos retorno ou ressurgimento indicam a renovação ou presentificação de elementos, de variáveis que nunca estiveram ausentes, mas lhes faltavam um agente aglutinador para juntos, coagulados, constituir um novo *status*. Encontrando este ambiente propício, voltam a fluir, voltam a capilarizar tramas sociais, ganhando nova dimensão e volume. Essa força de coalescência é o neoliberalismo.

Considerando essa problematização, buscamos compreender como a expansão das igrejas pentecostais, que se apoiam na teologia da prosperidade, vem implicando na construção de um espaço urbano neoliberal nas cidades brasileiras. Ou seja, há uma complementaridade e interdependência no Brasil entre o crescimento dos evangélicos pentecostais e o neoliberalismo. Esse processo contrapõe-se à defesa de uma cidade que preza pela justiça social e as solidariedades coletivas. Como problema, temos a exacerbação do espaço e serviços privatizados, a difusão no modelo de habitação pautado na segregação socioespacial, a mobilidade urbana pautada no transporte individual e a concretização de uma cidade que prioriza o consumo e a competitividade, resultando em cidades menos cidadãs e cada vez menos afeitas às sociabilidades laicas e secularizadas. Em uma sociedade tendencialmente laica e secularizada, constrói-se uma tecnoesfera urbana compatível com a perpetuação de práticas normativas que negam a coexistência da diversidade, da diferença. Dessa forma, as religiões seriam uma das fontes da construção dos valores do neoliberalismo, fontes da fabricação de uma conduta de vida entre os mais pobres.

Para esta reflexão, o artigo foi dividido em duas partes, mais as conclusões. Na primeira parte, a reflexão é endereçada ao neoliberalismo, uma força que conduz não apenas o pragmatismo econômico, mas adentra à sociedade e chega ao nível dos indivíduos em suas decisões políticas, para as quais exigem-se critérios de eficiência e utilidade, guiados no sentido de que todos os meios sejam exitosos. Na segunda parte, retoma-se o conceito de pobreza para discutir seus nexos com o neoliberalismo (que parecem óbvios) e com fundamentos religiosos, de forma que esse entendimento possa orientar as políticas de condução da vida de relações nas cidades. Essa parte apresenta, ainda, resultados de pesquisa com evidências empíricas das conexões entre os três termos referidos e suas implicações para a gestão neoliberal da cidade. Por fim, nas conclusões, a necessária articulação entre as três partes é realizada ao afirmar a importância da compreensão desses elementos para desvendar uma psicoesfera dominante desse período.

NEOLIBERALISMO E O PODER DA FÉ

> *"Neopentecostalismo e neoliberalismo conectam-se em uma mesma gramática na qual nenhum sacrifício deve ser feito sem uma perspectiva tangível de retorno.* (DUNKER et al., 2021, s/p).

Colocado no centro da globalização, o neoliberalismo corresponde a um período do modo de produção capitalista cujas formas de operar societariamente renovam as contradições do sistema, porque tem como uma de suas bases ideológicas e normativas a competitividade a todo custo, que chega ao nível individual. O neoliberalismo não se restringe à esfera econômica ou de disputa política entre classes sociais conscientes de suas posições, a saber, de um lado os capitalistas, reunidos em torno de um projeto de poder contra a ascensão das conquistas obtidas pelos trabalhadores, no centro do sistema durante os Trinta Anos Gloriosos – 1945/1973 –, e de outro lado trabalhadoras e trabalhadores cônscios da defesa de sua posição de classe. Esse é um conflito (de classes) fundamental, mas as classes subalternizadas foram sendo convertidas ao neoliberalismo pela criação de uma psicoesfera sedutora, envolvendo apelo ao consumo e assimilação da competição como princípio das relações sociais, em qualquer esfera da vida, inclusive a cotidiana.

Como afirmam Dardot e Laval (2016a, p. 17), o

> neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.

Tornando-se uma força normativa prática avassaladora (Cataia, 2020), o neoliberalismo uniu as oligarquias burocráticas e políticas, empresariais multinacionais, atores financeiros e organismos econômicos mundiais com capacidade de ação política em escala mundial e não enseja depender das democracias para continuar sua trajetória. Neste sentido, o neoliberalismo é produtor do antidemocratismo[4], que fragiliza as lutas

[4] Como afirma Ianni (1988, p. 18-19), com muita atualidade, "a cultura política predominante nos países latino-americanos está impregnada de ideais e práticas autoritárias. /.../ As muitas constituições e os inúmeros golpes de Estado dizem bastante, quando queremos compreender o que é uma cultura política autoritária. A antidemocracia, como prática, muitas vezes está acompanhada de declarações de intenções 'democráticas'. Não há golpe de Estado que não esteja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia, criar partidos livres, promover eleições, convocar uma constituinte, promover a

coletivas, pondo em concorrência os indivíduos em todos os níveis, minando a solidariedade e a cidadania. O antidemocratismo se refere às práticas autoritárias que refutam os princípios da democracia, exacerbando o ódio à política.

Dessa forma, princípios democráticos sofreram reveses no período recente, mesmo em países onde os regimes democráticos foram considerados exemplares, como nos Estados Unidos – os regimes democráticos foram se distanciando dos princípios democráticos. Como afirma Brown (2021), os neoconservadores norte-americanos usam o regime democrático contra a política do Estado, argumentando que o Estado é autoritário quando implanta políticas de justiça social. A "verdadeira" liberdade para eles reside na liberdade individual, aquela preconizada pelo mercado, porque ela garantiria a liberdade de escolha.

O antidemocratismo tem uma longa história na América Latina. Nessa região, as ditaduras foram o berço do pensamento neoliberal (caso exemplar do Chile), ainda que em muitas delas o neoliberalismo não tenha sido adotado em sua plenitude quando dos golpes de Estado, caso do Brasil, já que o neoliberalismo aqui é tardio. Hoje, a via neofascista retoma seu instrumento autoritário argumentando a defesa da sociedade livre. O que dá tintas democráticas aos governos autoritários incubados com a razão neoliberal, que odeiam a política do Estado para fazer a política das empresas. Para London (2021), o:

> [...] antidemocratismo neoliberal repousa sobre a crença na incapacidade política e intelectual das massas. Muito cedo, os restauradores do liberalismo consideraram que para agir contra as massas, teriam de fazer com que elas se voltassem contra si mesmas. Por isso, eles vão teorizar a necessidade de um 'Estado forte' para proteger o mercado das reivindicações democráticas, desmantelando o Estado social, não cedendo diante da pressão dos interesses sociais, reprimindo, se necessário pela violência, e selando assim a ligação entre o neoliberalismo e o autoritarismo.

O sentido original da palavra democracia, como lembram Dardot e Laval (2016b), diz respeito ao poder conquistado por uma parte da cidade em uma guerra contra o inimigo oligárquico. A democracia é o regime no qual o poder é exercido pela massa dos pobres, após um confronto contra a minoria dos ricos. Mais que número, o critério

reforma agrária, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com o desemprego, reduzir a inflação, rolar a dívida externa, restaurar a soberania nacional e estabelecer a felicidade geral."

essencial é o conteúdo social. A democracia é o poder dos pobres, o governo dos pobres para os pobres, assim como a oligarquia é o governo dos ricos para os ricos. E, de fato, a democracia é uma forma de vínculo entre pessoas iguais que, politicamente, pensam, definem e se responsabilizam pelo destino comum, quer seja em uma cidade, quer seja em um país. O exercício dos direitos é colocado no centro da ação coletiva, contra todas as formas de antidemocratismo. A criativa destruição (Mbembe, 2018) dos direitos sociais é uma forma de demofobia, tanto quanto a destruição ou abuso do território, pois o território usado (Santos, 1994), é um meio de vida.

Quando resultados eleitorais colocam em perigo as regras do mercado e/ou a política das empresas, o neoliberalismo se apresenta para a guerra, contra qualquer tipo de política que atenue as desigualdades. Com uma racionalidade estratégica intrinsecamente violenta, o neoliberalismo não é um conjunto de doutrinas puramente ideológicas, mas uma prática política, empregada diversamente segundo os lugares onde a luta política e social é travada. A pregação da liberdade em detrimento da igualdade social objetiva impor um modo de dominação, que não se realiza sem o Estado. Como afirma Harvey (2008), a descrição dos elementos que constituem o Estado neoliberal é, de certa forma, uma tarefa fácil, contudo, haveria um desafio, que é a compreensão de como ele efetivamente opera em cada lugar.

Nesse sentido, o território brasileiro tornou-se um convite à análise e à reflexão, especialmente após o movimento de extrema-direita ter ascendido ao poder e, mesmo depois de perder uma eleição presidencial, se mantém como uma força política incontornável. Esse movimento possui muitas faces que estão enraizadas na sociedade e se constituem em importantes bases eleitorais.

Não temos espaço neste artigo para abarcar toda essa base que sustenta política e eleitoralmente as forças da extrema-direita, tampouco é nossa intenção. Nosso intuito é circunscrever uma delas. E, para anunciá-la, valemo-nos de uma longa citação (uma interpretação, mas que merece ser apresentada em sua inteireza) sobre os processos políticos na América Latina, e que permanece extremamente atual, evidentemente com as devidas atualizações das correlações de forças entre as variáveis presentes na análise:

> Visto em perspectiva ampla, o processo político, em cada país, está influenciado ou dominado por três grandes "partidos políticos" nacionais: o exército, a Igreja Católica e a burocracia federal. É claro que os partidos políticos propriamente ditos sempre estão presentes; e também os sindicatos. Não há dúvida de que os partidos e sindicatos

> exercem atividades regulares, necessárias, frequentemente fundamentais. Mas, por sobre essas instituições, e também por dentro delas, muitas vezes se mostram preponderantes e decisivas as atividades daqueles três "partidos". Eles se articulam em âmbito nacional, em escala mais ampla e efetiva que os partidos e sindicatos propriamente ditos. E conjugam-se sempre que as conjunturas críticas desafiam os interesses dos grupos e classes dominantes que monopolizam o aparelho estatal. 'A capacidade dos militares, enquanto instituição complexa, de desenvolver um consenso para intervenção é auxiliada, em grande parte, pela disposição da sociedade civil em bater à porta das casernas. No Brasil, em 1964, e no Chile, em 1973, muitos representantes de peso da sociedade civil - a Igreja, inclusive - bateram à porta e criaram o "momento brumário" (Ianni, 1988, p. 20).

Destes três partidos políticos dominantes, analisamos um deles, a Igreja. Contudo, não se trata da Igreja Católica, mas da Igreja Evangélica, principalmente a Pentecostal. Sem dúvida, Octavio Ianni não poderia, em 1988, quando escreveu as linhas acima, antever o crescimento e a força que tomaram essas igrejas, hoje objeto de nossa análise. Entretanto, permanece atual a constatação da existência de um poder de formação de valores morais na sociedade.

As igrejas evangélicas[5], presentes em todo território nacional, representam uma força de mobilização política e eleitoral crescente, especialmente nas cidades. Sua presença é patente na paisagem urbana e se faz presente desde reuniões religiosas em pequenas garagens nas periferias, até imensos templos nas grandes metrópoles. E, de fato, são as cidades, historicamente desiguais pela concentração espacial e social de recursos, que se constituem em epicentros da crise societária (Ribeiro, 2006). As igrejas evangélicas pentecostais, com destaques para aquelas apoiadas na teologia da prosperidade (chamadas de neopentecostais ou pentecostais de terceira onda[6]), e com forte adesão popular, têm papel influente na construção de cidades neoliberais, pois há uma sintonia entre neoliberalismo, individualismo e os preceitos dessa teologia.

[5] Parte das igrejas católicas, das igrejas protestantes históricas, pentecostais e das religiões espíritas convergiram na orientação política nas últimas eleições (especialmente em 2018), ao formarem e mobilizarem as bases conservadoras da sociedade brasileira com discursos contra o aborto, casamento homoafetivo, entre outras pautas.

[6] Freston (1993) divide em três grandes ondas o crescimento pentecostal no Brasil. De maneira simplificada, a primeira onda refere-se às primeiras igrejas, como a Assembleia de Deus, em Belém (1910), e a Congregação Cristão (1911). A segunda onda expande-se nas décadas de 1950 e 1960, caracterizada pela busca da "cura" e movimentos de instalação de tendas para evangelização. A terceira onda define-se destacadamente pela teologia da prosperidade, cuja Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é a principal fundadora e uma das mais conhecidas.

Conforme Mariano (1996), a teologia da prosperidade diz respeito à fé e às doações (dízimos e campanhas empreendidas pela igreja para algum objetivo), realizadas pelos fiéis à igreja, e são traduzidas em recompensas materiais a serem recebidas em vida, como a saúde, a constituição de uma família feliz e o sucesso profissional. Podemos relacionar a teologia da prosperidade a uma atualização da proposição de Weber (2004) sobre o espírito do capitalismo, definido como uma nova conduta de vida, na qual a vocação profissional está no centro, e não serve apenas para garantir a sobrevivência nos ritmos hedonistas. Essa racionalidade rompe a cadência da vida e impõe o aumento do controle, do ritmo do trabalho, da concorrência e do lucro para a massa da sociedade. Por isso, para Weber (2004), trata-se da constituição de um *ethos* peculiar, uma moralidade característica.

O neoliberalismo impõe uma nova condução da vida. Em sua feição brasileira, a singularidade reside na relação orgânica entre formas de condução neoliberal e a pré-existente natureza das religiões que se expandem, sobretudo no espaço urbano, historicamente produzido por políticas públicas que privilegiam as classes abastadas e empurram os pobres para as periferias sempre precárias. Esse processo é conveniente ao neoliberalismo, que pode impor a moralidade, segundo a qual esses grupos precarizados são responsabilizados e aceitam a responsabilidade pela sua condição. O fenômeno social do neoliberalismo no Brasil – que vai além dos enfoques economicistas das privatizações – passa, atravessa, incorpora, se apropria de condições pastorais pré-existentes, especialmente quando centra o discurso da "salvação divina" no indivíduo. É o momento em que a governamentalidade neoliberal de Margareth Thatcher ("não existe sociedade, só indivíduos"), agrupa-se com o poder pastoral da afirmação da salvação individual pelos esforços de cada indivíduo, negando as lutas sociais.

A frase "do cidadão imperfeito ao consumidor mais que perfeito" (Santos, 1987), pronunciada hoje, trinta e sete anos depois de formulada, possui atualidade ímpar, porque nem chegamos a construir um sistema de cidadania nas cidades e menos ainda no campo, quando então as bases de um fundamentalismo de mercado já apontavam a sociedade de consumo como a saída para a crise permanente. Ou seja, antes mesmo da adesão explícita ao neoliberalismo, como nos governos de Fernando Henrique Cardoso, colocava-se o mercado e o consumo como os lugares da liberdade dos indivíduos, em detrimento dos direitos sociais como o lugar da cidadania, sobretudo em um país onde o

racismo e as desigualdades de gênero são presentificados sem nenhuma vergonha pela extrema-direita. E avançamos em um ativismo alienado e alienante consumista. O consumo é, ele próprio, a expressão da financeirização e monetarização da vida urbana.

No entanto, a conjuntura em que Milton Santos escreveu sobre a cidadania era outra, um país recém divorciado formalmente da ditadura e que festejava a democratização, cujas lutas eram claramente progressistas – originadas especialmente dos movimentos grevistas do final dos anos 1970 e percurso dos anos 1980 –, apesar das duras batalhas travadas com os campos políticos conservadores e com o pensamento social conservador. A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, apresentava uma síntese dos avanços possíveis naquele momento e que hoje vem se tornando letra morta, pura formalidade, já que instrumentos públicos de defesa dos direitos sociais, como, por exemplo, um Ministério do Trabalho ativo – vão se escasseando e os direitos sociais sendo ofuscados por reformas mercantis (como a reforma trabalhista do Presidente Michel Temer) pós golpe de 2016.

Na década de 1980, sob o paradigma da secularização, Milton Santos analisava as particularidades do capitalismo no Brasil, com bases clientelistas e em uma subordinação cega às doutrinas econômicas gestadas nos países do centro do sistema. No entanto, a cidadania mutilada a que ele se referia foi hoje acentuada a partir de um mundo em que os princípios da religião[7] retornaram com força e com outra complexidade, e contribuíram para a difusão das doutrinas neoliberais, que se tornaram práticas normativas em todas as classes sociais e instituições democráticas, inclusive em certas correntes da esquerda. Parece-nos plausível que, se há a constituição de um sujeito neoliberal, o espaço urbano desse sujeito neoliberal possua as características dessa nova sociabilidade. Ou seja, há a negação do espaço público, a exacerbação do espaço privado e, sobretudo, a exacerbação das justificativas meritocráticas (por meio do individualismo) utilizadas para defender aqueles que ocupam lugares privilegiados na sociedade e no espaço urbano. Afinal, "aos vencedores" é concedido o privilégio de "morar bem" e aos perdedores, o "privilégio da servidão" e de habitar as periferias precárias. Para a sustentação desse modelo, a construção de uma psicoesfera compatível é central, e nada

[7] A relação entre a modernidade e a religião é tema das teorizações de Peter Berger, em que ele mostra como houve uma mudança entre a sociedade e a religião com o advento da sociedade industrial. O fenômeno da secularização e o pluralismo religioso marcam essas transformações, que, por sua vez, geram movimentos de reações, como o fundamentalismo. Sobre o tema, ver Faustino Teixeira (2017).

mais conveniente ao neoliberalismo que um "agente da fé" expressar ideias contra avanços sociais, quer sejam trabalhistas, quer sejam sociais e culturais.

Nesse individualismo do consumidor mais que perfeito, para o qual as classes sociais inexistem, os exercícios de distinção de classe são colocados como preferências pessoais e estilos de vida (das classes médias e ricos), traços inatos de personalidade, normalizando privações (dos pobres), colocadas como um problema de capacidade individual, e não produto e condição de lutas políticas.

A PERIFERIAS PRECÁRIAS E A GESTÃO NEOLIBERAL DA POBREZA

> *"Há muitas maneiras de esquivar-se ao problema da pobreza, seja tratando o assunto como uma questão isolada, seja ignorando que a sociedade é dividida em classes" (Santos, 2009, p. 20).*

Para compreender a expansão das igrejas baseadas na teologia da prosperidade e como esse processo vem implicando na construção de cidades neoliberais, com espaços urbanos pouco afeitos à cidadania, utilizou-se uma estrutura teórica com base em dois conceitos-chave, redutíveis um ao outro, complementares: tecnoesfera e psicoesfera (Santos, 2007). Foi preciso também um diálogo entre a geografia e outros campos disciplinares, como a sociologia, cujas teorizações sobre a pobreza, neoliberalismo e religião são fundamentais, especialmente porque esses conceitos não são internos à geografia. Além disso, a pobreza apresenta numerosas definições segundo as áreas do conhecimento científico, e seu uso social guarda a marca de cada formação socioespacial. Cada sociedade porta uma noção sobre o que é a pobreza e o que é ser pobre, inclusive essa construção passa pela elaboração da representação sobre a pobreza. Contudo, há uma chancela em comum entre as mais diversas sociedades, que é a estigmatização dos pobres.

A compreensão atual do conceito de pobreza pede o entendimento de sua gênese, sem a qual certas permanências, atualizadas pelo neoliberalismo, podem parecer incoerentes com as sociedades ditas modernas. Mas neoliberalismo rima com fundamentalismo (neoliberal rima com fundamental): a pobreza conceituada hoje pelos neoliberais, que é modernamente elaborada, resgata fundamentos religiosos e busca os colocar em coerência dinâmica com o aprofundamento de precariedades modernas, mas historicamente herdadas.

Assim, uma periodização sobre a pobreza passa obrigatoriamente pela fase em que a religião ocupava um papel central na construção da visão de mundo, na qual o cristianismo da Idade Média foi capaz de criar um imaginário social em que a pobreza é dignificada. Por um lado, os pobres seriam seres ricos em espírito e o desapego ao mundo material seria um exercício desejado e buscado. A prática da mendicância era interpretada como uma resignação. Por outro lado, os ricos, no sentido material, teriam o peso de uma vida indigna e um espírito vazio, daí a necessidade de doarem à igreja e aos pobres, ou seja, a caridade seria uma maneira de alcançar a riqueza espiritual pelos economicamente afortunados.

Os pobres portariam o contentamento, enquanto os ricos a tristeza e o remorso (Duvergier de Hauranne, 1670). A luta contra a pobreza estaria restrita à esmola (Lautier; Salama, 1995), fazendo da caridade uma obrigação moral capaz de criar laços de solidariedade entre o doador (ativo socialmente) e o receptor da doação (um agente social passivo, à espera dos favores de Deus)[8]. Dessa forma, constrói-se uma visão de mundo que sustentará as desigualdades entre as classes sociais e dará coesão à sociedade, que se propagará hegemonicamente pelo mundo ocidental.

O nascimento do Estado moderno, a secularização da sociedade e a laicização das instituições indicam a transição para um novo pensamento sobre a pobreza e a injunção de um conceito científico do termo, bem como novas práticas de agir sobre a pobreza e os pobres. As primeiras ações começaram ainda no século XVI, com leis contra a pobreza. A Lei dos Pobres, de 1525, decretada pelo Conselho Municipal de Ipres (uma das principais cidades industriais da época na Bélgica), marca uma nova maneira de ver os pobres no regime "moderno", na qual a pobreza torna-se uma questão de Estado (Lautier; Salama, 1995).

O "problema" do combate à pobreza colocado ao Estado tem suas raízes na Revolução Francesa, mas, sobretudo, decorreu das grandes aglomerações trazidas pela urbanização. O Estado assume a função de assistir os pobres. Dessa forma, a assistência social ganha relevo e passa-se da caridade para a filantropia em termos da sociedade que vai se ocupar dos pobres. A preocupação então é contar e classificar os "bons" pobres,

[8] "Até o século XIV, os pobres mendigos errantes eram a expressão viva [das] pessoas 'em demasia'. Eles eram associados a figuras crísticas. Nessa condição, recebiam esmolas e recebiam cuidados caritativos. A partir do século XVI, começou uma fase de estigmatização" (Mbembe, 2022, p. 149).

que se calcula os subsídios e distribuem empregos públicos, e os "maus" pobres, normalmente imigrantes que devem ser expulsos. Assim, foram surgindo legislações na França, em 1531, e na Inglaterra, em 1597, estabelecendo ao mesmo tempo punições aos mendicantes e fundos para suporte dos "bons" pobres.

A concepção de pobreza é central para a reflexão sobre a sociedade e o território. Houve historicamente a construção da ideia de pobreza. Isso mudou ao longo do tempo. No entanto, tais concepções se materializaram no território e as cidades revelam o tecido material das relações sociais e dos laços sociais estabelecidos, nos quais as sociedades se comportam com relação aos pobres e à pobreza. No momento em que há a ascensão do Estado laico e uma certa secularização da sociedade, ensaia-se a materialização de instituições e equipamentos urbanos de atenção aos pobres laicos e secularizados. Todavia, o espaço urbano brasileiro revela a fragilidade nessa transição e os novos processos. De fato, a materialização de uma cidade com preocupações e estruturas de assistências sociais capazes de produzir uma sociedade, em que as sociabilidades são seculares e laicas, é bem restrita.

Segundo dados do IBGE (2010)[9], os evangélicos compõem cerca de 42 milhões dos brasileiros (22,2%). De acordo com a pesquisa DataFolha de 2020, cerca de 31% da população brasileira se autodeclara evangélica. Destes, 58% são mulheres e 42% homens. A região Norte do país é a que mais tem evangélicos em termos percentuais, com 39% da população. É importante destacar que, em termos do número de igrejas revelado na paisagem urbana, os dados demonstram uma preponderância de igrejas evangélicas em relação às católicas. A nota técnica de Araújo (2023) evidencia o fenômeno: em 1970 já ganha expressividade; entre as décadas de 1980 e 1990 teve uma relativa manutenção no crescimento. No entanto, é nos anos 2000 que há uma verdadeira explosão do número de igrejas. Em 1970, eram 1.049 e em 2019, existiam 109.560 igrejas. Araújo (2023) destaca, ainda, que o aumento ocorre principalmente em relação aos templos pentecostais, pois em 2019 eram 48.781, contra 22.400 das igrejas evangélicas missionárias e 12.825 das igrejas neopentecostais (pentecostais de terceira onda) em todo território nacional. Os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro lideram o processo de transição religiosa, com mais de 80 igrejas por 100 mil habitantes.

[9] Os dados do Censo Demográfico de 2022 referente a essa temática ainda não foram divulgados.

Analisamos o processo a partir dos dados quantitativos, apoiados na literatura sobre o crescimento evangélico no país, especialmente Machado (1994), Mariano (1996), Almeida (2004), Freston (1993), Carranza (2020) e Py (2020), considerando algumas situações geográficas específicas, com destaque para o fenômeno qualitativo, visto que as igrejas pentecostais são extremamente ativas e ativistas nos lugares onde estão inseridas, ou seja, elas estão organicamente inseridas no território (Silva, 2019; 2022; 2023).

Tomamos a cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) para nossa análise. Como toda cidade, ela possui suas particularidades, e nos dedicamos a evidenciar como seu tecido urbano revela a intensidade das ações das igrejas enquanto presença material e formadora de uma dada psicoesfera. Nessa cidade, são aproximadamente 482 igrejas (dados de 2019), das quais, 336 são evangélicas (69,71%), sendo a maior parte pentecostal 198 (41,08%), conforme Tabela 01.

Tabela 01. Número de igrejas em Campos dos Goytacazes com subgrupos – 2019

Igrejas	Quantidade Município (Total)	%
Católicas	103	21,37
Evangélicas históricas	138	28,63
Evangélicas pentecostais	198	41,08
Evangélicas: denominação não identificada	8	1,66
Outras igrejas/religiões	35	7,26
Total	482	100,00

Fonte: Silva (2019).

A forte presença das igrejas católicas, pentecostais históricas e pentecostais – mais recentemente as neopentecostais (pentecostais de terceira onda) – indicam que novas sociabilidades estão sendo tecidas nesses espaços. Mas não se restringem a eles, pois há a formação de redes de trabalho social e de ajuda mútua[10]. Junto dessas igrejas há uma

[10] Igreja Universal expande ações sociais e ocupa espaços ignorados pelo poder público - 10/08/2019 - Poder - Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/igreja-universal-expande-acoes-sociais-e-ocupa-espacos-ignorados-pelo-poder-publico.shtml. Acesso em: 19/08/2019.

densa rede de serviços de assistência, em que cada uma apresenta características próprias. No entanto, tais redes são mais amplas, incluem redes de empregos, de casamentos, atividades esportivas e de lazer, como já vem sendo apontado (Mariano, 1996) em estudo sobre a periferia da metrópole de São Paulo.

A sociabilidade urbana é construída tendo a religião como um elemento significativo. O espaço urbano, com suas materialidades, revela as práticas sociais, cujo papel das igrejas e as sociabilidades vinculadas a elas deixam inscrições espaciais. Os lugares de culto, os centros de assistências vinculados à trabalho social, os lugares das práticas da assistência (como os lugares de distribuição da alimentação e doações), as atividades festivas vinculadas aos calendários religiosos (ou não religiosos) evidenciam a centralidade das igrejas na vida social urbana na atualidade. Elas tornam-se cada vez mais gestoras do espaço urbano e do território brasileiro, contribuem para a gestão da pobreza urbana neoliberal quando corroboram para políticas de gestão privada das cidades e também na construção dos valores sociais afeitos ao princípio do neoliberalismo.

Por exemplo, a Associação dos Evangélicos de Campos (AEC) recebeu a concessão do Parque Alberto Sampaio para a transformação do espaço em Praça da Bíblia[11]. Trata-se de uma parceria público-privada com interesses mútuos (Prefeitura Municipal de Campos e AEC). O lugar, atualmente usado pela população em situação de rua e estacionamento de automóveis, está situado próximo à área central da cidade, com alto fluxo de pessoas. Esta concessão tem gerado vários debates e conflitos com o Conselho Municipal de Cultura:

> O Conselho Municipal de Cultura alega que, após reuniões com o vereador autor do projeto de lei que transferiu a praça para dentro do Complexo Parque Alberto Sampaio, foi acordado que o anfiteatro localizado no local continuaria a se chamar Arena Kapi, e o espaço ao redor seria cedido à AEC, no entanto, em uma reunião do conselho em agosto de 2023, foi apontado que essa decisão não foi formalizada por escrito. Um membro do conselho destacou a ausência de documentos oficiais que garantam a manutenção do nome em homenagem ao artista campista, bem como a falta de um documento que estabeleça claramente os limites entre a Praça da Bíblia e a Arena Kapi (SOARES; SILVA, 2024, p. 6)

[11] Em 21 de dezembro de 2022, foi publicada no Diário Oficial do Município a Lei nº 9.252, de autoria do vereador e pastor Marcos Elias (Partido Social Cristão – PSC), oficializando a transferência da Praça da Bíblia, que desde 1980 estava localizada em frente à antiga Estação Ferroviária da cidade, para uma parte dentro do Complexo Parque Alberto Sampaio.

Igualmente, a cidade também tem feito parcerias com pastores e igrejas para a realização de eventos. Um deles é o Café com a AEC, que tem ocorrido em igrejas, universidades e também na Câmara Municipal. Alguns shows têm o apoio da Prefeitura Municipal, como o Adora Campos, com a contratação de cantores gospel conhecidos. O movimento Aviva Campos, idealizado e ministrado pelo mesmo vereador autor do projeto sobre a concessão do Parque Alberto Sampaio para a Praça da Bíblia, Marcos Elias, é um evento que reúne congregações para realizarem adoração e louvor em diferentes localidades da cidade. Tal movimento acontece quinzenalmente, sempre aos sábados, e aos primeiros sábados de cada mês. Os eventos Aviva Campos ocorrem nas escadarias da Câmara, com show de luzes, diversos amplificadores de som e instrumentos musicais (Freire; Silva, 2023). Nesse sentido, observamos a cena urbana cultural da cidade sendo fortemente influenciada pelas igrejas em uma simbiose com o poder executivo e legislativo municipal.

Outra face da ação das igrejas no território, que tem vasos comunicantes com o neoliberalismo e a pobreza urbana, é o crescimento de Comunidades Terapêuticas (CTs) administradas por igrejas, com vagas contratadas pelo Estado para o tratamento de pessoas com dependência de álcool e drogas[12]. Definidas como "entidades que realizam o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas (SPA)" (Santos, 2014), as CTs associam-se ao crescimento da abordagem religiosa no tratamento da população com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e também à racionalidade privatizante das políticas públicas de saúde, que deixa de investir no Sistema Único de Saúde (SUS) para contratar serviços oferecidos por entidades privadas, com destaque, no caso das CTs, para o fato de grande parte delas estarem vinculadas a igrejas.

Em 2017, eram quase 1.900 CTs, sendo 41% na região Sudeste e somavam cerca de 83 mil vagas (IPEA, 2017). O financiamento público da esfera federal ganha relevância quando a Secretaria Nacional de Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça, começa a contratar vagas destas instituições no âmbito do programa "Crack: é possível vencer" (Santos, 2014). O crescimento do número de vagas contratadas é intensificado no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), juntamente com o aumento do

[12] Projeto de Pesquisa "Neoliberalismo, igrejas evangélicas e cidadania territorial: uma cartografia das comunidades terapêuticas (2018-2022)" em andamento, financiado pelo CNPq processo nº 405239/2023-8, Edital Universal CNPq/MCTI Nº 10/2023.

financiamento. Estas entidades receberam entre 2017 e 2020 cerca de 560 milhões de verbas públicas, sendo pelo menos 300 milhões do governo federal (CEBRAP-CONECTAS, 2022)[13]. As vagas eram contratadas por meio de editais pela SENAD e as instituições deveriam cumprir uma série de normas (Resende, 2021). As CTs, em sua maioria, atuam em associação com denominações religiosas, com predomínio de igrejas pentecostais (CEBRAP-CONECTAS, 2022). Em razão desta relevância no cenário das políticas públicas, a gestão delas foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no qual foi criado o Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas, pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, o que gerou indignação em algumas entidades ligadas à luta Antimanicomial[14]. Posteriormente, foi modificada para Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, em agosto de 2023.

A pobreza é conceituada de forma múltipla, considerando a dimensão econômica, cultural, política e sociológica e espacial e deve ser contextualizada temporalmente. No entanto, a pobreza é uma categoria externa, ou seja, o pobre, em geral, não se vê e não assume essa condição em razão do processo de estigmatização, sobretudo na atualidade, quando evidenciam-se processos agudos de rejeição à condição de pobreza e dos pobres, processo nomeado de aporofobia (Cortina Orts, 2018). A introdução desta palavra no dicionário da língua espanhola recentemente trouxe evidências de um processo que vem tornando-se profundo, pois, segundo Cortina Orts (2018), o ódio e o preconceito estão vinculados em grande parte à condição de pobreza. O termo *áporos* vem do grego e significa pobre e *fobéo*, espantar-se. Face ao crescimento do que a autora denomina delitos de ódio, como xenofobia, racismos, misoginia e fascismo, há em comum nestes delitos o ódio ao pobre. Assim, a aporofobia (que não pode ser descolada da demofobia) é definida como rechaço, aversão, temor e desprezo aos pobres, sendo criada sob ideologias direcionadas a determinados grupos sociais, como por exemplo, as visões de que os ciganos são ladrões e os imigrantes seriam criminosos. Outrossim, a aporofobia desdobra-se em delitos de ódio, em fatos concretos desse ódio direcionados a determinados grupos sociais, normalmente os pobres. Esta interpretação de Cortina Orts

[13] Conforme documento publicado pela CEBRAP-CONECTAS (2022), não houve a contabilização dos investimentos públicos decorrentes de emendas parlamentares.

[14] Como a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), que publicou uma nota de repúdio contra a criação do departamento, disponível em< https://www.abrasme.org.br/blog-detail/post/179604/nota-de-repdio-criao-do-departamento-de-apoio-s-comunidades-teraputicas>, acesso em 25/07/2023.

(2018) marca a pobreza como um conceito que atravessa as outras categorias de discriminações sociais, mas também espaciais, pois também há a estigmatização de espaços urbanos considerados "perigosos". Bairros de menor renda ou áreas inteiras de algumas cidades geram medo das populações empobrecidas, identificadas como criminosas pelos aporofóbicos, como vadias, e mesmo como aproveitadores das políticas públicas.

Dessa forma, os indivíduos evitam assumir a condição de pobreza. Nesse sentido, o neoliberalismo opera com um papel singular, pois a racionalidade neoliberal defende a ideia de que o sucesso pode ser alcançado segundo os esforços individuais. A riqueza seria o símbolo do sucesso e o coroamento do mérito, sempre individual. As classes sociais abastadas são aquelas capazes de controlar meios de comunicação hegemônicos utilizados para produzir certa psicoesfera. A ideia da rejeição à pobreza é operada objetivamente pelas frações de classes dominantes e amplamente assimiladas pelas frações de classes trabalhadoras. Já a síntese social do fracasso materializa-se na pobreza, nos pobres e nos espaços pobres, concentrados nas periferias urbanas.

A precariedade das periferias urbanas já foi enormemente abordada na literatura científica brasileira e avançou muito no aprofundamento explicativo desse processo. Todavia, novas dinâmicas surgem e antigos processos são acentuados sem que as explicações sejam exatamente as mesmas. As periferias urbanas seguem sendo os lugares de concentração da população pobre – sejam as suas frações mais vulneráveis (miseráveis) e ou suas frações de classe trabalhadoras pobres – e problemáticas em relação aos meios de transportes, ao acesso à vida cultural, aos serviços públicos e é onde a população está mais sujeita à violência urbana.

No entanto, é onde também as visões de mundo baseadas no mérito, na competição e no sucesso individual ganham intensidade e vêm implicando na construção de cidades cada vez mais voltadas para o consumo e que privilegiam menos a vida coletiva e a cidadania. As periferias urbanas são lugares também nos quais a difusão do pensamento social conservador tem se revelado profícuo.

A reação negativa de parte das periferias às políticas de inclusão social como Bolsa Família, políticas de cotas nas universidades públicas e mesmo de acesso às universidades privadas, via programas de financiamento, é reveladora das visões de mundo sobre o espaço urbano desejado por parte das populações pobres das periferias.

As lutas pela melhoria dos serviços públicos parecem terem sido, em parte, direcionadas à luta pelo consumo e pela vida urbana que privilegia as sociabilidades com base nos preceitos neoliberais, em que as práticas religiosas promovidas pela igreja têm organicidade e, ao mesmo tempo, promovem e ampliam o pensamento neoliberal e conservador em relação às pautas morais. A extrema-direita no Brasil encontrou sua base popular entre os evangélicos[15].

Ao afirmar que a religião seria o ópio do povo, Marx (2000), de certa maneira, evocou a separação entre os âmbitos privado e público, segundo a concepção de que as práticas religiosas são reservadas ao mundo privado, como preconizava a secularização. Decerto, o efeito ópio da religião, que seria a alienação da condição da classe trabalhadora, também constrói as sociabilidades da sociedade capitalista, e hoje as sociabilidades neoliberais. Talvez mais evidentes hoje, quando há a recolocação do papel das religiões no mundo, especialmente aquelas cujas teologias impulsionam o capital e, indiretamente, fazem apologia a esse modo de vida e negam outras possibilidades. Decerto, não é possível a existência de cidades que privilegiem a justiça social, sem uma psicoesfera que dê sentido, que signifique a justiça como um fato social. Não tendo uma psicoesfera cidadã, não se constrói uma tecnoesfera correspondente, um espaço urbano construído para a realização de solidariedades amplas e irrestritas e para a participação política cidadã em busca do comum.

Apesar dos avanços das políticas sociais, especialmente do período de 2003 a 2014, elas foram constituídas sob condições globais neoliberais, ancoradas em espaços urbanos historicamente pouco afeitos às sociabilidades cidadãs. As periferias continuam padecendo, continuam sendo o lugar de todo tipo de carência. Sem dúvida, a pobreza é estrutural (Peet, 1975), mas sua atenuação e a busca por alternativas são obliteradas pela expansão de uma psicoesfera promotora da sensação e da crença de que todos "chegarão lá", ou seja, podem se tornar casos de sucesso, bastando trabalhar para isso. As igrejas integram a formação do sistema de crenças, desejos e aspirações.

Como afirmam Boltanski e Chiapello (2009), desde as análises de Max Weber, o capitalismo é um sistema que afirma arquitetar um sistema mais eficaz e justo

[15] A pesquisa de Christina Vidal Cunha (UFF) e Joanildo Burity (UFRJ) é reveladora da contribuição dos evangélicos nas redes de mídias sociais em apoio aos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 e de ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). Informações disponíveis em < https://iclnoticias.com.br/evangelicos-extrema-direita-brasil-estudo/>, Acesso em 24/04/2024.

que as organizações não lucrativas, por isso ele está construído sobre um edifício de justificação moral. Essa exigência está associada à possibilidade da crítica, quer seja para respaldar a crítica, quer seja para responder à crítica quando ela denunciar as injustiças das situações. Esse espírito do capitalismo (que metodologicamente, neste artigo, refere-se à psicoesfera do período atual) terá como alvo tornar sedutoras e estimulantes as formas de acumulação, ao mesmo tempo em que é preciso dar conta da demanda que as pessoas têm de auto justificar-se e construir para isso defesas contra dispositivos que elas percebem, ou são feitas perceber, como ameaçadores contra a sobrevivência de sua identidade social.

Esse espírito do capitalismo é feito, basicamente, de três matérias. A primeira delas é a concepção de que o interesse individual serve aos interesses gerais, de modo que importa o crescimento econômico (único critério para o bem comum), com desprezo pela má distribuição da renda e seus benefícios. A segunda defende que a empresa privada (competitiva) é mais justa e eficaz que o princípio do Estado na defesa da igualdade social, porque ela empreende com a propriedade privada, sendo os clientes, os consumidores, os beneficiários do melhor serviço ou produto pelo menor custo. A cidadania é preterida em favor da mercantilização da vida social. E, em terceiro, e como corolário destes dois prismas reflexivos, defende-se que esta liberdade econômica justifica a liberdade política orientada para a competição, refutando qualquer forma de igualdade.

Os autores precursores do debate da pobreza como um problema na sociedade moderna já destacavam a questão do acesso ao trabalho e suas más condições como a origem do problema. Hoje, a situação persiste e só se agrava. Ao mesmo tempo, o sistema de justificação tem nas religiões uma importante sustentação e novos contornos, pois são capazes de engajar individualmente as pessoas aos três preceitos gerais citados ao misturar estes preceitos gerais às situações concretas, sensibilizando as pessoas às quais a palavra é dirigida, indo ao encontro de suas experiências morais e de vida cotidiana[16], e propondo modelos de ação.

[16] Sobre a influência do neoliberalismo na vida cotidiana das cidades, pode-se consultar o artigo paradigmático de Zanotelli, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisita às relações socioespaciais evidencia como o neoliberalismo foi encarnado na sociedade, produzindo um sistema de pensamento, relações sociais e territoriais carentes em solidariedades que privilegiem a coletividade, o comum. As cidades são lugares privilegiados, mas não exclusivos, para a análise das relações mútuas entre tecnoesfera e psicoesfera. E, de fato, se a crença predominante é aquela em que a cidade deve ser segregada, ela será fisicamente concebida para negar as coexistências. Essa negação leva a processos de insegurança e medo dos indivíduos em caírem na condição de desqualificação e, ao mesmo tempo, de não alcançarem *status* mais elevado de reconhecimento social. A todo momento, a sociedade é bombardeada com a pregação de que o uso das habilidades e criatividade – que evidenciaram a força da individualidade –, evitam a pobreza e tudo que ela simboliza, reafirmando um descompromisso com a coletividade. Dessa forma, temos aqui um conceito central para refletirmos: o conceito de pobreza, que está em disputa.

As periferias urbanas tornaram-se lugares propícios à ação das igrejas sustentadas pela teologia da prosperidade e pelo pensamento neoconservador, cuja concepção de pobreza ancora-se no fracasso e na incapacidade individual de alcançar uma vida material plena. Após um período de avanços em termos de políticas sociais estatais, verifica-se que nas periferias urbanas essas políticas foram insuficientemente territorializadas com base na cidadania e em princípios da coletividade da vida urbana e, ao mesmo tempo, as igrejas evangélicas, principalmente pentecostais, ocuparam o espaço com uma visão de mundo, produtora de uma psicoesfera que insiste na predominância do consumo em lugar dos direitos sociais.

Atribui-se má qualidade aos serviços públicos e a tudo que se relaciona ao Estado, especialmente os serviços a serem usados apenas pelos pobres. Dessa forma, o espaço que visa a vida comunitária no sentido amplo, um espaço do cidadão, um espaço de coexistências, é negado. A recusa é confirmada pela proposição do uso de espaços públicos consoantes uma lógica privatista, de acordo com orientações provenientes de um poder pastoral, nada republicano, no sentido do interesse público, que deveria ser laico. Essa lógica preconiza não a melhoraria democrática e expansão dos serviços públicos, e sim evocam a capacidade de cada um em consumir (perfeitamente) os serviços privados

e acessar espaços de consumo nas cidades, como símbolos do "vencer na vida". De fato, trata-se, em nossa concepção, das normativas práticas do neoliberalismo denominadas como a nova razão do mundo por Dardot e Laval (2016a), constituindo também uma nova razão urbana, que aprofunda problemas urbanos nos países periféricos. Razão esta que possui vasos comunicantes e orgânicos com as religiões, com a reconfiguração do papel das religiões do mundo.

Dessa forma, encontramos um *mariage de raison* entre a teologia da prosperidade e o neoliberalismo. Referimo-nos aos espaços urbanos que são pensados e construídos para negar o comum, negar a troca, negar as diversas existências, mas, sobretudo, referimo-nos a uma psicoesfera produzida para normalizar uma vida material consumista, à imagem e semelhança das elites. O capital (em suas diversas frações) já não depende das democracias liberais para sua eficácia, mas quando o Estado se coloca em favor de políticas compensatórias para os pobres, o autoritarismo é acionado por meio de golpes em nome da ordem, liberdade e democracia.

Sem dúvida, as frustrações e as instabilidades do mundo do trabalho e a espoliação podem ser transformadas em lutas por direitos sociais e cidadania. Contudo, elas podem também criar grupos sociais, fragmentos das classes trabalhadoras, ações aderentes a um conservadorismo pautado em princípios neoliberais. Dito de outro modo, está em curso uma forte adesão de uma parte das classes sociais populares aos princípios da competição e da meritocracia. A expansão das igrejas, cuja teologia adequa-se e é fruto dessa racionalidade, revela a organicidade das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais na era do neoliberalismo. Este, por sua vez, produz sua própria matéria-prima para se expandir: periferias precárias, superexploração do trabalho e um sistema de humilhação dos pobres, que transformam o acesso ao trabalho e a vida urbana digna em privilégios e, sobretudo, promovem, paradoxalmente, a justificação para as apropriações privadas da riqueza, com o consequente alargamento das desigualdades. É neste sentido, que as lutas por usos democráticos da cidade, por justiça e igualdade, precisam considerar e desvendar os nexos, as coesões entre o poder pastoral presentificado e o neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A religião na metrópole paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 56, p. 15–28, 2004.

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Centro de Estudos da Metrópole**. NT 20, 2023.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (1a Ed. 1999).

BROWN, Wendy. Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. In: Albino, Chiara, Oliveira, Jainara e Melo, Mariana (orgs.) **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios.** Editora Seriguela: Recife, 2021. p. 91-153.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 232-245, 2020.

CEBRAP-CONECTAS, **Financiamento público de comunidades terapêuticas brasileiras entre 2017 e 2020**. 33p. 2022. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2022/04/Levantamento-sobre-o-investimento-em-CTs-w5101135-ALT5-1.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2023.

CORTINA ORTS, Adela. **Aporofobia**. El rechazo al pobre un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016a (1a Ed. 2009).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Ce cauchemar qui n'en finit pas.** Comment le néoliberalisme dáfait la démocratie. Paris: La Découverte, 2016b.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; GONSALVES, Rodrigo; ESTÊVÃO, Ivan Ramos. **Neopentecostalismo como gramática neoliberal de sofrimento**. LavraPalavra, [S.l.], v. 19 fe 2021. p. 1-19, 2021.

DUVERGIER de HAUTANNE, Jean. **Pensées chrétiennes sur la pauvreté**. Paris: J.-B. Coignard et P. Promé, 1670.

FREIRE, Gabriel Rosaes; SILVA, Silvana Cristina da. Cidades em mutação: uma análise da ocupação do espaço urbano pelas igrejas evangélicas. **Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica**, **FAPERJ 2022-2023**, Nº DO PROCESSO E-26/204.283/2022, 2023.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil:** da constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octávio. Questões políticas. Raízes da anti-democracia na América Latina. **Revista Lua Nova,** v. 14, p. 17-22, jun 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YxMz4QqfsxsqrJrNDWVTHxp/>. Acesso em 24 de jun. 2023.

IPEA. **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Diest Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia – IPEA, n.21, mar. De 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8025>. Acesso em 24 de jun. 2023.

LAUTIER, Bruno; SALAMA, Pierre. De l'histoire de la pauvreté en Europe à la pauvreté dans le Tiers Monde. **Revue Tiers Monde**, v. 36, n. 142, p. 245–55, 1995.

LONDON, Ernest. **Le choix de la guerre civile**. Une autre histoire du néolibéralisme. Note de Lecture, paru dans Lundimatin, le 19 avril 2021. Disponível em: <https://lundi.am/Le-choix-de-la-guerre-civile>. Acesso em 24 de jun. 2023.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 56 1/4, n.n.1/4, p. 135-164, 1994.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, nº 44, p. 24–44, março de 1996.

MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Centauro, 2000.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2022 (1ª Ed. 2020).

MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. Paris: La Découverte, 2018 (1ª Ed. 2016).

PEET, Richard. Inequality and Poverty: a marxist-geographic theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 65, n. 4, p. 564–71, 1975,

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

RESENDE, Noelle Coelho. Marco normativo das comunidades terapêuticas no Brasil: disputas de sentido e nós jurídicos. *In*: RUI, Taniele; FIORE, Mauricio (editores). **Working Paper Series: comunidades terapêuticas no Brasil**. Brooklyn: Social Science Research Council, junho de 2021.p. 8-28.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL**, ano VII, n. 21, p. 23-32, 2006. Disponível em https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13766/1/3TorresRibeiro.pdf

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Comunidades Terapêuticas no Brasil: contornos, funções e objetivos. **Boletim de Análise Político-Institucional**- IPEA, n. 6, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **Conferência por ocasião do Encontro Internacional "O novo mapa do mundo"**. São Paulo: 1992.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002 (1a Ed. 1987).

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. *In:* SANTOS, Milton *et al*. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009 (1a Ed. 1978).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Silvana C. da. "**Espaço e pobreza**: A difusão do neoliberalismo nas periferias urbanas brasileiras". Relatório de Pesquisa de Estágio Pós-doutoral desenvolvido no Centre Maurice Halbwachs – École Normale Supérieure – Paris. CAPES/Programa de Professor Visitante no Exterior (2018-2019), Proc. no 88881.171700/2018-01, mimeo, 2019.

SILVA, Silvana. C. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. **Boletim Campineiro De Geografia**, v. 13, n. 2, p. 369–388, 2023. https://doi.org/10.54446/bcg.v13i2.3284.

SILVA, Silvana. C. Neoliberalismo e território: a expansão das igrejas evangélicas no Brasil. *In:* Rodrigues, G. B., Ramos, T., Silva, S. C. **Espaço urbano, Pobreza e Neoliberalismo**. Rio de Janeiro, ed. Consequência, 2022. p. 44-58.

SOARES, Uenderson da Silva; SILVA, Silvana Cristina da. **Igrejas evangélicas**: Novos agentes modeladores do espaço urbano das cidades brasileiras? Relatório Parcial de Iniciação Científica, Bolsa Pibic-2023-2024, fev de 2024, *mimeo*.

TEIXEIRA, Faustino. **Peter Berger e a religião**. Portal Instituto Humanitas Unisinos, 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569380-peter-berger-e-a-religiao>. Acesso em 29/04/2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. A cidade neoliberal. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 25, n. 3, p. 65–82, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/172194>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.